

L E I Nº 1.215/75

Data: 11 de abril de 1975.

Súmula: Fixa o horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e de prestação de serviços; dispõe sobre a concessão de licença para funcionamento em horário especial, instituindo nova base de cálculo da respectiva taxa, estabelece penalidade e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, no Município de Bandeirantes, obedecerão aos horários e fixados nesta Lei, obedecidos os preceitos da Legislação que regula o contrato de trabalho:

I – Para a indústria em Geral:

A) A abertura às 07h00min e fechamento às 8h00min, de segunda a desta feira;

B) Aos sábados às 07h00min às 12h00min;

C) Nos domingos, feriados nacionais, estaduais e municipais, os estabelecimentos permanecerão fechados.

II – Para o comércio e prestadores de serviços:

A) Abertura às 8h00min e fechamento às 18h00min, de segunda a sexta feira;

B) Nos dias previstos na letra “C” do item I, os estabelecimentos permanecerão fechados.

III – Estabelecimentos bancários:

Observadas as normas federais pertinentes às condições de funcionamento de bancos, os estabelecimentos locais, no atendimento ao público, devem respeitar o horário entre 9h00min e 16h00min, de segunda a sexta feira.

§ 1º - Será permitido o trabalho em horário especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais, estaduais e municipais, excluído o expediente de escritórios nos estabelecimentos que se dediquem às atividades

seguintes: impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, serviço de esgotos, serviço de transporte coletivo, taxis, distribuidores de gás (plantão) e outros que, a juízo da autoridade federal, compete seja entendida tal prerrogativa.

§ 2º - As prerrogativas previstas no parágrafo anterior serão estendidas às concessionárias de revenda de tratores, máquinas agrícolas, caminhões e automóveis, quanto à seção de peças e oficinas, exclusivamente para atendimento de casos de emergência.

Artigo 2º - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I – Supermercados, mercados, mercadinhos, mercearias e quitandas:

A) Nos dias úteis, inclusive aos sábados, das 08h00min às 21h00min;

B) Aos domingos e feriados, das 08h00min às 12h00min.

II – Açougues, varejistas de peixes, aves e ovos:

A) Nos dias úteis, das 07h00min às 18h00min;

B) Aos sábados, das 07h00min, às 20h00min;

C) Aos domingos e feriados, das 07h00min às 12h00min.

III – Padarias:

Local de fabrico e postos de venda: Livre funcionamento.

IV – Farmácias:

A) Nos dias úteis, das 08h00, às 18h00;

B) Os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida a escala, poderão funcionar livremente até 22h00min. Inclusive aos sábados, domingos e feriados.

V – Barbeiros e Cabeleireiros:

A) Nos dias úteis: das 08h00min às 21h00min.

B) Aos sábados e vésperas de feriados: das 08h00min às 22h00min.

VI – Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

A) Nos dias úteis: das 08h00min às 20h00min, inclusive nos sábados;

B) Aos domingos e feriados: das 08h00min às 12h00min.

VII – Bares, restaurantes, lanchonetes, confeitarias, sorveterias, postos de abastecimento, lubrificação e lavagem de veículos, borracharias e empresas funerárias: livre funcionamento.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considerar-se-ão supermercados, mercados e mercadinhos os estabelecimentos que tenham como objetivo principal o comércio de gêneros alimentícios e de mercadorias de uso doméstico e pessoal, e adotem o sistema “pegue-pague”, em que o comprador escolhe as mercadorias com preços já marcados e, quando for caso, empacotadas, pesadas e em condições de serem adquiridas sem o auxílio de balconistas, efetuando o pagamento diretamente às caixas receptoras.

§ 2º - Indeferir-se-ão pedidos de licença às mercearias e quitandas cujos estoques não contenham verduras, frutas e legumes e, ainda, àquelas que tenham artigos estranhos à sua categoria comercial, como: ferragens, louças, vidros, cerâmicas, material elétrico, artigos de bazar, armarinhos e outros. Bem como aos supermercados, mercados e mercadinhos e outros, bem como aos supermercados, mercados e mercadinhos que não se enquadrem nas características citadas no parágrafo anterior.

§ 3º - Para funcionamento de estabelecimentos com mais de um ramo de comércio, em horário especial, é obrigatório isolamento e o fechamento dos compartimentos cujos estoques não se enquadrem nas espécies para as quais é facultada a abertura neste horário.

Artigo 3º - Além dos casos previstos no artigo anterior, os estabelecimentos comerciais poderão funcionar de 1º a 31 de dezembro, nos seguintes horários:

A) Nos dias úteis: das 08h00min às 22h00min;

B) Aos sábados: das 08h00 às 18h00min, exceto a hipótese de recaírem nos dias 24 e 31, casos em que se permitirá a abertura até as 12h00min.

Artigo 4º - Ao comércio atacadista de cereais será permitido, nos sábados das 12h00min, às 18h00min e domingos das 08h00min às 12h00min, o serviço de carga e descarga desses produtos.

Parágrafo Único – Os estabelecimentos cerealistas só poderão manter as suas portas abertas enquanto efetivamente se processarem os trabalhos de carga e descarga.

Artigo 5º - Nenhum estabelecimento poderá funcionar em horário especial sem estar devidamente autorizado pela Prefeitura Municipal.

Artigo 6º - A concessão de licença para funcionamento em horário especial fica condicionada a apresentação de requerimento por parte do estabelecimento interessado, visado pelo órgão local do Ministério do Trabalho e do Preenchimento e cumprimento das demais formalidades legais.

Artigo 7º - Independe de autorização e do pagamento de qualquer taxa a abertura de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, na véspera das datas comemorativas ao “Dia das Mães”, “Dia dos Pais” e, ainda, “Dia dos Namorados”, quando este recair em domingo.

Artigo 8º - A Taxa de licença para o funcionamento em horário especial terá como base de cálculo o valor da Taxa de Licença para localização e funcionamento quando se tratar de início de atividade; o valor da Taxa de renovação de licença nos demais casos e será cobrada de acordo com a seguinte tabela:

- I – Período de 1º a 31 de dezembro 30%
- II – Período Semestral 70%
- III – Período Anual 120%

Parágrafo Único – Taxa a que se refere este artigo não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo regional.

Artigo 9º - Ficam isentos de pagamento da Taxa de Licença, para funcionamento em horário especial, os estabelecimentos mencionados nos itens IV e VII do artigo 2º desta Lei.

Artigo 10 – Os estabelecimentos que já se encontram em funcionamento deverão providenciar a necessária licença especial no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da vigência desta Lei.

Artigo 11 – O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para funcionamento em horário Especial deverá ser afixado ao alvará de licença de localização, em ponto visível e acessível à fiscalização.

Artigo 12 – As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com a aplicação das multas seguintes:

I – Um (1) salário mínimo vigente na região, na primeira infração;

II – Dois (2) salários mínimos, no caso de reincidência;

III – Cinco (5) salários mínimos e cassação dos alvarás de licença especial e de localização e funcionamento, na terceira infração, sem prejuízo do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Artigo 13 – Fica o Executivo Municipal autorizado a fixar, por decreto, normas complementares que se façam necessárias à execução desta Lei, inclusive quanto ao enquadramento analógico de atividades nos diversos itens do artigo 2º desta Lei.

Artigo 14 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, à exceção do artigo 8º e seu parágrafo Único que entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 1975.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 11 de abril de 1.975.

Jamil Fares Midauar
Prefeito Municipal

José Primo Vicente
Diretor Administrativo